

## Senado conclui votação da imunidade nesta semana

*Caso obtenha aprovação na quinta-feira, proposta será imediatamente enviada à Câmara dos Deputados. Consta ainda da Ordem do Dia a emenda constitucional que muda regras da inelegibilidade*



Os senadores têm uma pauta extensa nesta semana: 22 matérias, entre elas três propostas de emenda à Constituição

O Senado deve concluir na próxima quinta-feira a votação da proposta de emenda constitucional que limita a imunidade parlamentar. Aprovada em primeiro turno no dia 4, a emenda, caso seja confirmada em segundo turno, seguirá para a Câmara. O texto em exame é um substitutivo do senador José Fogaça a nove propostas de emenda constitucional. Conforme o substitutivo, se a Casa legislativa a que pertence o parlamentar não se manifestar em 120 dias sobre pedido do Supremo Tribunal Federal para processá-lo, a ação poderá ser iniciada. A pauta desta semana tem mais 21 matérias, entre elas outras duas propostas de emenda à Constituição. **Página 3**

### CCJ

#### Sistema distrital misto entra em discussão

Substitutivo de José Fogaça altera proposta apresentada por José Serra. **Página 2**

### CAE

#### Crédito para estados deve ter novas regras

Projetos de resolução disciplinam também as operações dos municípios. **Página 3**

### CAS

#### Doze propostas serão examinadas na quarta

Entre as matérias, está projeto reconhecendo a Língua Brasileira de Sinais. **Página 3**

## PLENÁRIO



**Parga pede reforma geral nos impostos**



**Suplicy vê FHC mal informado sobre renda**



**Para Lauro, ministro desvaloriza a Telebrás**



**Lobão apóia decisão do presidente de processar Lula**

## Agenda

## PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa

## PREVISÃO DE TRABALHOS

## PLENÁRIO

Terça-feira (16.6.98)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Primeiro dia de discussão em segundo turno do substitutivo à PEC nº 2/95, que dispõe sobre imunidade parlamentar; Projeto de Resolução nº 61/98, que autoriza o governo do estado do Rio de Janeiro a emitir letras financeiras para o giro da sua dívida mobiliária com vencimento no segundo semestre de 1998; Projeto de Resolução nº 62/98, que autoriza o município de São Paulo a emitir letras financeiras para o giro de sua dívida mobiliária com vencimento no segundo semestre de 1998; Projeto de Resolução nº 63/98, autorizando a elevação temporária do limite de endividamento do município de Ferraz de Vasconcelos - SP, com vistas a contratação de operação de financiamento com recursos do FGTS junto à CEF; primeiro dia de discussão em primeiro turno das PECs nºs 6 e 11/98, que incluem no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias artigo que regulariza a situação funcional de servidores de empresas públicas federais que há mais de dez anos prestam serviços à administração direta; PDL nº 115/97, que aprova o ato que renova a concessão outorgada a Rádio Maratã Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santana do Livramento - RS; PDL nº 117/97, que aprova o ato que renova a concessão outorgada a Rádio Guaiabá S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda curta em Porto Alegre - RS; PDL nº 118/97, que aprova o ato que renova a concessão da Televisão Vitória Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Vitória - ES; PDL nº 119/97, que aprova o ato que renova a concessão outorgada a L. A. Pereira e Oliveira Ltda. ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santana do Livramento - RS; e PDL nº 120/97, que aprova o ato que renova a concessão outorgada a Rádio Bandeirantes de Casimiro de Paula Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical em Cachoeira Paulista - SP.

Quarta-feira (17.6.98)

11h - Sessão especial destinada a prestar homenagens ao ex-ministro Sérgio Motta

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Segundo dia de discussão em segundo turno do substitutivo à PEC nº 2/95, que dispõe sobre imunidade parlamentar; votação, em primeiro turno, das PECs 23 e 39/96, que dispõem sobre a ineligibilidade, segundo dia de discussão em primeiro turno das PECs nºs 6 e 11/98, que incluem no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias artigo que regulariza a situação funcional de servidores de empresas públicas federais que há mais de dez anos prestam serviços à administração direta; PDL nº 122/97, que aprova o ato que renova a concessão outorgada a Rádio Patrícia de Cassilândia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média em Cassilândia - MS; PDL nº 123/97, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Emissora "ABC" Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média em Santo André - SP; PDL nº 125/97, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Comercial de Presidente Prudente Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média em Presidente Prudente - SP; PDL nº 137/97, que aprova o ato que renova a concessão outorgada a Rádio Cidade Jandaia do Sul Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jandaia - PR; PDL nº 139/97, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Difusora Vale do Itajaí Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada em Itajaí - SC; Parecer nº 315/98, que dispõe sobre a Mensagem nº 148/98, que submete à deliberação do Senado o nome do dr. Carlos Alberto Reis de Paula, juiz togado do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, com sede em Belo Horizonte - MG, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de ministro togado, na vaga decorrente da aposentadoria do ministro Orlando Teixeira da Costa e reservada a juizes de carreira da magistratura trabalhista; Parecer nº 316/98, que dispõe sobre a Mensagem nº 156/98, que submete à deliberação do Senado o nome do dr. Geilson de Azevedo para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de ministro togado, na vaga decorrente da aposentadoria do ministro Manoel Mendes de Freitas e reservada a juizes de carreira da magistratura trabalhista; Mensagem nº 144/98, que submete à deliberação do Senado o nome do sr. Paulo Dyrco Pinheiro, ministro de primeira classe da carreira de diplomata, para exercer a função de embaixador do Brasil junto à República de Cingapura, e Mensagem nº 161/98, que submete à deliberação do Senado o nome do sr. Sérgio Barcelos Telles, ministro de primeira classe da carreira de diplomata, para exercer a função de embaixador do Brasil junto à República Libanesa.

Quinta-feira (18.6.98)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Terceiro e último dia de discussão em segundo turno da PEC nº 2/95, que dispõe sobre imunidade parlamentar; terceiro dia de discussão em primeiro turno das PECs nºs 6 e 11/98, que incluem no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias artigo que regulariza a situação funcional de servidores de empresas públicas federais que há mais de dez anos prestam serviços à administração direta; Requerimento nº 350/98, de autoria do senador Ney Suassuna, sob o pretexto de tramitação conjunta do PLS nº 109/97 com o PLS nº 75/97, por versarem sobre contratação, pelo Estado, de empresas que utilizem trabalho infantil; Requerimento nº 365/98, de autoria do senador Odair Soares, solicitando tramitação conjunta da PEC nº 19/98 com a de nº 63/95, por versarem sobre o TST - juizes classistas; e Requerimento nº 400/98, de autoria do senador Bel Parga, solicitando retirada do PLS nº 116/98, que altera a legislação do Imposto de Renda das Pessoas Físicas.

Sexta-feira (19.6.98)

9h - Sessão não deliberativa

## COMISSÕES

Terça-feira (16.6.98)

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: PLS nº 82/96, que dispõe sobre a uniformização de preços de aço na Amazônia Legal; PLS nº 89/92, que concede isenção do imposto sobre Produtos Industrializados e do imposto de importação relativamente a equipamentos e material educativo adquiridos por pessoas portadoras de deficiência; PLS nº 03/98, que dispõe sobre a multa incidente sobre os débitos das prefeituras municipais para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço; e Mensagem nº 161/98, que propõe ao Senado que seja autorizada a contratação de empréstimo externo no valor equivalente a até US\$ 150 milhões, entre o Brasil e o BIRD, destinada a financiar parcialmente o Programa de Modernização do Setor de Saneamento. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.

Quarta-feira (17.6.98)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: PEC nº 52/95, que suprime o § 3º do artigo 199 da Constituição, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; PEC nº 25/96, que inclui o art. 74 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, referente a plebiscito em 1998, quanto à manutenção ou extinção do voto obrigatório e acobertado ou não da reeleição de mandataria de cargos executivos; PEC nº 58/95, que fixa o princípio da coincidência geral dos pleitos eleitorais; PEC nº 31/96, que suprime os §§ 2º e 3º do art. 223 da Constituição Federal, referentes a outorga e renovação de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens; PLS nº 230/95, que dispõe sobre as operações de fomento mercantil; Requerimento: PLS nº 107/96, que altera a Lei nº 8.935, de 18/11/94, que regulamenta o art. 236 da Constituição federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro; PLS nº 46/95, que cria o Conselho Nacional do Entendimento e Desenvolvimento - Conade; PEC nº 43/96, que altera o art. 45 da Constituição (sistema eleitoral distrital misto); PLS nº 171/96, que estabelece normas de acesso ao Sial; e outros sistemas de informações de órgãos públicos; PLS nº 252/96, que inclui as pessoas solteiras, viúvas, separadas ou divorciadas no rol de beneficiárias da impenhorabilidade estabelecida pela Lei nº 8.009, de 29/3/90; PLS nº 273/96, que institui o estudo dos direitos humanos na formação policial; PLS nº 38/97, que torna obrigatória a referência ao sexo dos eleitores nas fichas de inscrição partidária, dos candidatos nas cédulas eleitorais e painéis de urnas eletrônicas; PLS nº 228/97, que dispõe sobre a divulgação, pelos veículos de comunicação de massa, de produtos e serviços relacionados a sexo e a erotismo; PLS nº 241/97, que dispõe sobre a discriminação praticada contra servidores anistiados; e PLS nº 16/98, que dispõe sobre a reestruturação da Justiça Federal de primeiro grau da 4ª Região.

10h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: PLS nº 101/94, que acrescenta parágrafo único ao artigo 846 da CLT para permitir, na ausência de acordo, o julgamento imediato das reclamações de natureza unicamente salarial; PLS nº 135/94, que dá nova redação ao § 1º do artigo 651 da CLT; PLS nº 291/97, que cria o Adicional de Melhoria Ambiental (Ama), incidente sobre os preços de venda de combustíveis fósseis, e o Fundo de Apoio à Melhoria Ambiental (Fama); e PLS nº 131/96, que dispõe sobre a língua brasileira de sinais.

## CCJ irá discutir adoção do voto distrital misto

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), poderá examinar na reunião marcada para quarta-feira, às 10h, substitutivo do senador José Fogaça (PMDB-RS) à proposta de emenda à Constituição apresentada pelo senador licenciado José Serra (PSDB-SP) que institui o sistema distrital misto para eleição à Câmara dos Deputados.

Outra matéria em pauta é o projeto do senador Epitácio Cafeteira (PPB-MA) que propõe isenção de impostos para os alimentos da cesta básica quando destinados ao consumo interno. O parecer do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) é contrário, sob o argumento

básico de que a Constituição veda à União o poder de conceder isenção de tributos estaduais e municipais.

Poderá ser apreciada também a proposta, feita pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE), de extinção da unicidade sindical prevista na Constituição federal. No inciso II do artigo 8º, a Constituição proíbe mais de uma organização sindical por categoria profissional e por município.

O senador José Eduardo Dutra alerta sobre a necessidade de atualizar o texto constitucional em vista da Convenção/87 da Organização Internacional do Trabalho, que entrou em vigor em 1950.

## Campos aponta inutilidade da guerra fiscal

A chamada guerra fiscal, travada entre os estados em busca de novos investimentos, é desnecessária, na opinião do senador Júlio Campos (PFL-MT). Segundo ele, ao contrário das expectativas gerais, os incentivos tributários a indústrias não têm servido para criar um grande número de empregos nem para ampliar o mercado consumidor.

## Piva defende integração com o Cade

Ao relatar a abertura dos trabalhos do Conselho Administrativo de Defesa Econômica para o biênio 1998-2000, o senador Pedro Piva (PSDB-SP) reiterou a necessidade de uma maior integração entre o órgão e o Senado, para assegurar a estabilidade da economia brasileira, legítima concorrência no mercado e mais justiça social.

## Odair quer restringir uso de MPs para matérias orçamentárias

O senador Odair Soares (PTB-RO) apresentou proposta de emenda à Constituição federal que veda a edição de medidas provisórias (MPs) sobre matéria relativa a planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamentos e créditos adicionais, "exceto quando se tratar de créditos extraordinários".

Pela proposta, as medidas provisórias tratando daquelas matérias que se encontram em vigência na data da promulgação da emenda constitucional, e que não forem convertidas em lei no prazo de 30 dias a partir de sua publicação, serão consideradas rejeitadas, perdendo sua eficácia desde a edição.

## JORNAL DO SENADO

## MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes

Lúcio Coelho - Joel de Holanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando

Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editor-Chefe - Djalba Lima

Editores - Marcos Magalhães, Mariuzza Vaz, Sylvio Gue-

des, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e

Osmar Miranda

Revisão - Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e

Miqueias Dantas de Moraes

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento,

Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone:

0800-612211 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br

E-mail: jornal@senado.gov.br

Proposta que facilita a abertura de processos contra deputados e senadores pelo Supremo Tribunal Federal, aprovada por unanimidade no dia 4 de junho, deverá ser colocada novamente em votação na próxima quinta-feira

# Limitação de imunidade vai a segundo turno



Fogaça redigiu texto

O plenário do Senado deve votar na próxima quinta-feira, em segundo e último turno, a proposta de emenda constitucional que limita a imunidade parlamentar. A matéria foi aprovada por unanimidade em primeiro turno, no último dia 4, quando o presidente do Senado, Antonio Carlos

Magalhães, anunciou a intenção de promover a votação final no dia 18, enviando a proposta imediatamente à apreciação dos deputados.

Trata-se de um substitutivo que o senador José Fogaça (PMDB-RS) apresentou a nove propostas de emenda constitucional de senadores, todas sobre o mesmo assunto. De acordo com Fogaça, o substitutivo tornará mais fácil ao Supremo Tribunal Federal (STF)

analisar acusações contra algum deputado ou senador. Se a Câmara ou o Senado não se manifestar em 120 dias sobre pedido do Supremo para processar um parlamentar, a corte poderá iniciar o processo. Atualmente, só há análise das acusações depois da aprovação da Câmara ou do Senado.

Entre as 22 matérias que o plenário do Senado apreciará na próxima semana, encontra-se emenda constitucional do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) que permite a efetivação de funcionários de empresa estatal que estejam cedidos à administração direta há mais de dez anos seguidos. A proposta recebeu substitutivo do relator na CCJ, senador Romeu Tuma (PFL-SP), permitindo que funcionário de autarquia

ou fundação também possa ser efetivado se estiver cedido há pelo menos cinco anos. Esta proposta será discutida a partir de terça-feira, podendo ser votada na quinta-feira, caso não receba emenda de plenário.

Consta ainda da Ordem do Dia da próxima semana uma terceira emenda constitucional, originária da Câmara, que muda as regras de inelegibilidades. O senador Edison Lobão (PFL-MA), encarregado pela CCJ de preparar um substitutivo à proposta, anunciou que pretende acabar com qualquer impedimento para que cônjuge, filhos, pais, irmãos, sogros e cunhados de governadores, prefeitos e presidente da República possam se candidatar na mesma jurisdição. Lobão argumenta que, depois de implantada a reeleição no Brasil, perdeu sentido proibir que parentes sejam candidatos. A matéria será apreciada na quarta-feira.

## CAE examina projetos sobre dívidas de estados

A Comissão de Assuntos Econômicos examinará amanhã dois projetos de interesse dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, que tratam da questão das dívidas. O projeto de Resolução nº 49/96, que recebeu substitutivo do senador Wilson Kleinübing (PFL-SC), dispõe sobre as operações de crédito interno e externo, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização. O Projeto de Resolução do Senado nº 31/98, com substitutivo do senador José Fogaça (PMDB-RS), trata das operações de crédito por antecipação de receitas orçamentárias.

Além destes, a CAE também apre-

ciará projetos de lei da Câmara, como o que dispõe sobre a uniformização de preços de asfalto nos municípios da Amazônia Legal, que obteve parecer favorável do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT); o que dispõe sobre a multa incidente sobre os débitos das prefeituras municipais para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), com substitutivo do senador Esperidião Amin (PPB-SC); o que redireciona recursos do Sistema de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sbcrpe), com parecer favorável do senador Eduardo Suplicy (PT-SP); o que altera a lei que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT), com parecer favorá-

vel do senador Carlos Bezerra; e o que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados para equipamentos e material educativo adquiridos por portadores de deficiência, com parecer favorável do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT).

A CAE aprecia ainda pedido do governo para a contratação de empréstimo de US\$ 150 milhões, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), para financiar parcialmente o Programa de Modernização do Setor de Saneamento.



Kleinübing

## CAS aprecia 12 itens na reunião de quarta-feira

Para examinar pauta com 12 itens, a Comissão de Assuntos Sociais se reúne na próxima quarta-feira, às 10 horas. São nove projetos de lei, que podem ter decisão terminativa na comissão, entre eles o da senadora Benedita da Silva (PT-RJ) reconhecendo a Língua Brasileira de Sinais – linguagem específica dos surdos – como meio legal de comunicação e expressão no país (veja matéria abaixo).

Entre os projetos de decisão não terminativa – exigindo votação posterior em plenário – figuram duas propostas já aprovadas pela Câmara dos Deputados que modificam artigos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O primeiro, de autoria do deputado Jurandir Paixão, permite que o presidente da Junta de Conciliação decida sobre reclamações salariais, mesmo que não haja

acordo entre empregado e empregador. A relatora na comissão, senadora Marlucy Pinto (PMDB-RR), recomendou o arquivamento da matéria.

O segundo projeto modifica o artigo 651, definindo como Junta competente para o dissídio de viajantes comerciais aquela a que o empregado estiver subordinado, e não mais a do domicílio da empresa empregadora. O projeto, do deputado Carlos Cardinal e tramita na CAS com parecer do senador Joel de Hollanda (PFL-PE) pela sua aprovação.

Também com parecer favorável do senador João França (PPB-RR), a CAS aprecia projeto do senador Eptácio Cafeteira (PPB-MA) concedendo permissão ao trabalhador para utilizar seu FGTS na compra de casa própria em qualquer sistema de financiamento habitacional.

## Benedita quer oficializar linguagem dos surdos

Com a finalidade de integrar melhor os brasileiros surdos na sociedade, projeto da senadora Benedita da Silva, a ser examinado na quarta-feira pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), oficializa a linguagem de sinais, característica da comunicação entre os surdos. A Língua Brasileira de Sinais fica, segundo o projeto, "reconhecida como meio legal de comunicação e expressão no Brasil".

Para Benedita, a partir do reconhecimento da linguagem dos surdos, eles não mais serão considerados deficientes, e sim, cida-

dãos plenos que podem lutar por uma política educacional compatível com suas necessidades. "A aprovação de minha proposta significa o reconhecimento do direito de cidadania dos surdos brasileiros", enfatiza.

O projeto prevê, ainda, que a administração pública, direta e indireta, terá que assegurar o atendimento aos surdos em repartições públicas federais, estaduais e municipais.



Benedita da Silva

## PROGRAMAÇÃO

### TV SENADO

- 7h - Entrevista com Valentin Carrion e Francisco Leocádio sobre a justiça do trabalho.
- 8h - Sete Dias - entrevista com o senador Joel de Hollanda (PFL-PE) sobre os projetos para o semi-árido e a seca no Nordeste
- 9h - Sessão plenária não deliberativa (vivo)
- Logo após: Palestra com José Ramos Horta - Prêmio Nobel da Paz sobre o Timor Leste
- 12h15 - Entrevista com Valentin Carrion e Francisco Leocádio sobre a justiça do trabalho
- 13h15 - "Sete Dias" - entrevista com o senador Joel de Hollanda (PFL-PE) sobre os projetos para o semi-árido e a seca no

- Nordeste
- 14h30 - Sessão plenária (reapresentação)
- Logo após: Seminário sobre dessalinização
- 18h45 - Entrevista com Valentin Carrion e Francisco Leocádio sobre a justiça do trabalho
- 19h30 - "Sete Dias" - entrevista com o senador Joel de Hollanda (PFL-PE) sobre os projetos para o semi-árido e a seca no Nordeste
- 20h30 - "Congresso Hoje"
- 20h40 - "Senado em Pauta"
- 21h - "Fala, Cidadão"
- 22h - "Jornal do Senado"
- 24h - "Fala, Cidadão"

Obs.: Durante a programação serão transmitidos flashes de reportagens, institucionais, especiais  
Programação sujeita a alterações

### RÁDIO SENADO

- 7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)
- 13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)
- 14h15 - "Plenário em Revista"
- 14h30 - Sessão plenária
- 19h - "A Voz do Brasil"
- 22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
- 0h - Retransmissão da sessão plenária
- 3h - Música e informação até às 7h30

Segundo o senador, país precisa urgentemente de um novo ordenamento fiscal que acabe com a disputa entre estados

## Parga pede pressa para votar reforma tributária

O senador Bello Parga (PFL-MA) fez sexta-feira um apelo, da tribuna do Senado, às lideranças partidárias da Câmara para que haja uma definição rápida a respeito da proposta de reforma tributária que está sendo debatida pelos deputados. Ele entende que o país precisa urgentemente de um novo ordenamento fiscal, para acabar com as disputas entre os estados e ajudar o sistema produtivo a enfrentar os desafios da globalização.

“Não entender do senador maranhense, qualquer reforma tributária somente terá sucesso se



Parga: apelo à Câmara

atender a quatro requisitos básicos: simplificar a estrutura existente, reduzir a sonegação, melhorar a distribuição da carga sobre os contribuintes e aumentar a capacidade competitiva dos produtos e serviços, num contexto de economia globalizada. Parga acredita que “o esboço do Ministério da Fazenda com certeza representa um avanço em relação ao emaranhado atual”.

O senador defende o urgente envio da proposta do governo à Câmara, a fim de ser incorporada aos projetos de reforma tributária que estão sendo discutidos pelos deputados e, com isso, per-

mitir uma economia de tempo em sua tramitação. O resultado da proposta, de qualquer forma, “já é politicamente visível”, avalia Bello Parga, porque “em um ano eleitoral ela colocará, de um lado, os candidatos com caráter definido e, do outro, os que preferiam desviar o debate para plataformas populistas”.

Em aparte, o senador Edison Lobão (PFL-MA) destacou a importância do pronunciamento de seu colega de bancada e lamentou que, alguns anos atrás, não se tenha aceito a proposta de realização de uma experiência-piloto com o Imposto Único, que seria implantado em um estado para avaliação de seu desempenho e, caso fosse bem sucedido, disseminado pelo resto do país.

## Suplicy sugeriu a FHC conhecer a fórmula de renda mínima nos EUA



Suplicy: carta

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) revelou sexta-feira ter sugerido, em carta ao presidente Fernando Henrique Cardoso, antes de sua viagem aos

EUA, que ele perguntasse ao presidente Bill Clinton sobre o programa de imposto de renda negativo em vigência naquele país.

— A sugestão parte de minha perplexidade com a desinformação e os equívocos que caracterizaram o seu pronunciamento, por ocasião da regulamentação da lei que autoriza o governo federal a dar apoio financeiro aos municípios que implantarem a renda mínima associada à educação — disse Suplicy.

A experiência americana de renda mínima, segundo o senador, nasceu em 1975 e foi ampliada recentemente pelo presidente Bill Clinton, “um instrumento que de fato tem contribuído para que os EUA estejam alcançando a mais baixa taxa de desemprego dos últimos 28 anos”, avaliou Suplicy.

Nos EUA, todo trabalhador cuja

renda familiar anual não alcance determinado patamar passa a ter direito a um complemento de renda, na forma de um crédito fiscal pago em dinheiro. Assim, a família

dispõe de uma renda pelo menos suficiente para livrar-se da condição de pobreza. Em 1997, o programa americano beneficiou 45 milhões de pessoas.

## Senador acha que repressão às drogas é modelo falido

Com base em documento assinado por 386 lideranças internacionais, publicado no jornal *The New York Times* da última segunda-feira, o senador Eduardo Suplicy associou-se ontem à posição de que o modelo repressor de combate às drogas exauriu-se. Para ele, a atenção dada a ações punitivas impede as nações de tomar iniciativas efetivas no combate às drogas.

Intitulado “Nós acreditamos que a guerra global contra as drogas, agora, está causando mais malefícios que as próprias drogas” e dirigido ao secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Kofi Annan, o documento teria sido, segundo Suplicy, ignorado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Conforme dados do documento,

as drogas movimentam hoje uma receita anual de US\$ 400 bilhões, o que representa 8% do comércio internacional. “Essa é uma indústria que dá poder aos criminosos, que podem corromper governos e gerar violência na sociedade, uma ameaça à juventude”, afirmou Suplicy.

Porém, disse o senador, em vez de atacar o problema com eficiência, o combate às drogas tem sido marcado por décadas de políticas “fúteis e falhas”.

— Aqueles que suscitaram um debate sério e responsável acerca do problema são logo acusados de estarem se rendendo. O medo e a inércia levam ao afastamento de ações responsáveis que levem em conta o senso comum, a saúde pública e os direitos humanos — disse Suplicy.

## Lauro critica ministro por declarações que desvalorizam Telebrás

Dizendo sentir saudades do ex-ministro das Comunicações Sérgio Motta, o senador Lauro Campos (PT-DF) criticou sexta-feira o atual ministro, Luiz Carlos Mendonça de Barros, por emitir declarações que estão desvalorizando a Telebrás às vésperas de sua privatização.



Lauro Campos

Lauro observou que várias estatais já foram negociadas por preços abaixo do que valiam. Ele citou o caso da Companhia Vale do Rio Doce, avaliada entre R\$ 11 bilhões e R\$ 12 bilhões e vendida por R\$ 3,2 bilhões. No caso da Telebrás, o senador lembrou que Sérgio Motta dizia que a empresa seria vendida por cerca de R\$ 30 bilhões, e que Mendonça de Barros reduz este valor para R\$ 13 bilhões:

— Entra o senhor Mendonça de Barros, trazendo já sua experiência suspeita do BNDES, e diz que o ex-ministro Sérgio Motta era um exagerado, que a Telebrás vale muito menos do que os R\$ 30 bilhões. Ele é vendedor ou comprador? Ou é

as duas coisas ao mesmo tempo? — indagou Lauro Campos.

O senador estendeu as críticas ao presidente Fernando Henrique Cardoso e à sua equipe. “O governo desvalorizou o patrimônio e ainda vai buscar dinheiro emprestado para vender”, reclamou, citando pronunciamento feito recentemente por FHC de que estava buscando recursos externos para a privatização das empresas estatais ainda remanescentes.

## Lobão considera “uma infâmia” as acusações

Em nome da liderança do PFL, o senador Edison Lobão (MA) apoiou sexta-feira a decisão do presidente Fernando Henrique Cardoso de processar o candidato do PT à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Em declaração à imprensa,



Edison Lobão

Lula teria afirmado que, se o governo quer privatizar o Sistema Telebrás por R\$ 13 bilhões, quando este já havia sido avaliado em até R\$ 40 bilhões, “possivelmente é para fazer caixa dois da campanha” de Fernando Henrique.

— É uma infâmia dizer-se que o governo quer vender o grupo Telebrás por um preço vil, com o objetivo de beneficiar a campanha para a reeleição — protestou o senador.

Lobão ressaltou que tem “uma verdadeira admiração pelo homem Lula”, o que, entretanto, não o autoriza a anistiar os exageros cometidos pelo candidato das oposições à Presidência.

O líder petelista classificou as declarações de Lula de graves e lembrou que “jamais se viu Fernando Henrique atacar seu adversário com acusações desse jaez”.

Lobão também rebateu as críticas feitas pelo senador Lauro Campos, que o antecedeu na tribuna,

às opções econômicas do atual governo.

Em aparte, o líder do Bloco Oposição, Eduardo Suplicy (PT-SP), reforçou as críticas de Lauro Campos, principalmente as relativas à política de privatizações. Ele fez um apelo a Edison Lobão para que levasse a Fernando Henrique a proposta de Lula de criação de uma comissão arbitral com a incumbência de levantar o valor do grupo Telebrás.

De acordo com a proposta defendida por Lula e por Suplicy, a comissão arbitral seria formada por um membro indicado pelo governo e outro pela oposição, que escolheriam, de comum acordo, uma empresa de auditoria para ajudá-los na avaliação de preço do Sistema Telebrás, antes de privatizá-lo.

Suplicy condenou a prática adotada pelas autoridades econômicas de colocar recursos do BNDES à disposição dos grandes grupos econômicos para o financiamento da compra das estatais. “Boa parte desses recursos é originária do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e, depois, são créditos a longo prazo, com juros especiais”, protestou o líder.